



Bens de Consumo e Desmatamento:

Uma Análise da Extensão e Natureza da Ilegalidade na Conversão de Florestas para Agricultura e Plantações com fins Madeireiros

SUMÁRIO EXECUTIVO



Com apoio de



Bens de Consumo e Desmatamento:

Uma Análise da Extensão e Natureza da Ilegalidade na Conversão de Florestas para Agricultura e Plantações com fins Madeiros

SUMÁRIO EXECUTIVO

Autor Principal: Sam Lawson

Com contribuições de Art Blundell, Bruce Cabarle, Naomi Basik,
Michael Jenkins e Kerstin Canby

Setembro 2014



Com apoio de



AGRADECIMENTOS

Este relatório é resultado de uma ampla análise liderada por Sam Lawson para o Forest Trends. Sam Lawson foi o autor principal, tendo contribuições de Art Blundell, Bruce Cabarle, Naomi Basik, Michael Jenkins e Kerstin Canby.

O autor principal gostaria de agradecer a todos que apoiaram o projeto e tornaram esta pesquisa possível. Agradecimentos especiais vão para Art Blundell e Sten Nilsson, por suas contribuições ao desenvolvimento da metodologia para estimar a escala do problema.

O Forest Trends também gostaria de agradecer aos revisores externos que, generosamente, cederam seu tempo para enriquecer este relatório (em ordem alfabética): Andrea Azevedo, Fernanda Bortolotto, Doug Boucher, Ken Chomitz, Kevin Currey, Penny Davies, Chris Elliott, Julia Falconer, Nazir Foad, Carl Hausmann, Toby McGrath, Steve Rhee, Jade Saunders, Neil Scotland, Francis Seymour, Claudia Stickler, Nathalie Walker e Eric Wakker.

O autor é também grato a James Hewitt, pela coleta e processamento de dados relevantes de transações, Alastair Sarre por sua valiosa assistência editorial, Eve Richer, Lina Scott e Anne Thiel pela edição e Melissa Tatge e Laura Golben por finalizar o design e layout.

Este estudo foi financiado pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (UK Department for International Development — DFID).

Nota: As visões expressadas nesta publicação refletem aquelas do autor e não necessariamente refletem as visões do DFID ou dos revisores externos.

Dedicatória

Este relatório é dedicado a Edwin Chota Valera, Leoncio Quincima Meléndez, Jorge Rios Perez e Francisco Pinedo — quatro líderes indígenas Ashaninka do Peru, assassinados em setembro de 2014 em uma suposta vingança de madeireiros ilegais — e a vários ativistas que perderam suas vidas na luta contra o desmatamento ilegal.

GLOSSÁRIO

Acordo de Parceria Voluntária – VPA (Voluntary partnership agreement): Um acordo de comércio legalmente vinculante entre a União Europeia e um país produtor de madeira fora da UE, que adere ao acordo de forma voluntária. O propósito de um VPA é assegurar que a madeira e produtos madeireiros exportados à União Europeia venham de fontes legais. Estes acordos também ajudam países exportadores de madeira a enfrentar a extração ilegal a partir da melhoria nas regulamentações e governança do setor florestal.

Agribusiness: Expansão dos negócios no setor agrícola e rural e suas cadeias de abastecimento, realizada principalmente em larga escala pelo setor privado. Pode envolver vários agentes exógenos e cadeias agroindustriais, ou outras parcerias ligadas por estruturas contratuais.

Agricultura comercial: Este estudo considera o desmatamento para agricultura comercial aquele que inclui tanto a pecuária quanto plantações com fins madeireiros, bem como plantações comerciais de grãos. Este estudo também inclui a agricultura comercial tanto de grande quanto de pequena escala, mas exclui a agricultura de subsistência, pois esta não é comercial. Na maioria dos países examinados, a maior parte da agricultura comercial que está devastando as florestas é de média e grande escala e também industrial. Ainda, em vários países, os produtos da agricultura comercial de pequena escala são, no entanto, processados, comercializados ou exportados por grandes empresas.

Agro-commodities: Commodities agrícolas produzidas comercialmente, incluindo grãos e produtos de origem animal.

Agro-conversão: Utilizado neste relatório para referir-se à conversão de florestas tropicais em agricultura comercial ou plantações com fins madeireiros.

Avaliação de Impacto Ambiental: Processo formal utilizado para prever as consequências ambientais de um plano, programa ou projeto e desenvolver um plano, com duração determinada, com objetivos específicos para mitigar estas consequências.

Concessão: A concessão de terra ou propriedade de um governo ou alguma outra autoridade gestora, para outra pessoa jurídica (geralmente grandes empresas), em troca de pagamento, serviços ou, para um uso especial, o direito de realizar e obter lucro com uma atividade específica, ou a cessão para um uso específico. Algumas vezes, as concessões são feitas com base em permissões e/ou processo competitivo, tal como leilões.

Corrupção: O abuso de poder confiado para ganhos privados.

Desmatamento tropical: A conversão de florestas para outros usos da terra, que resultam em perda de cobertura florestal em mais de 51%. Isto inclui a perda de florestas naturais em países que estejam totalmente localizados nos trópicos ou onde a maioria de seus desmatamentos acontece nos trópicos, geralmente para produzir commodities agrícolas.

Floresta/área degradada: Área que tem passado por uma perda de produtividade ecossistêmica de longo prazo, causada por distúrbios dos quais dificilmente se recuperará.

Fraude: O ato de enganar alguém intencionalmente, a fim de obter uma vantagem injusta ou ilegal (financeira, política ou de outra natureza). Os países geralmente consideram tais ofensas como criminosas ou que violam a lei civil.

Grilagem de terras: Aquisições de terra em larga escala que: (se relacionam a um ou mais dos seguintes) violam os direitos humanos, particularmente os direitos igualitários das mulheres, não é baseada no Consentimento Prévio, Livre e Informado (CPLI) dos usuários afetados da terra; não é baseada em uma minuciosa análise de, ou em desrespeito a, impactos sociais, ambientais e econômicos; não é baseada em contratos transparentes que especifiquem compromissos claros e vinculantes sobre atividades, emprego e repartição de benefícios; e, não é baseada em planejamento efetivo democrático, supervisão independente e participação significativa (conforme definido por Taylor 2012).

Ilegal: Este relatório considera a conversão florestal como ilegal quando ela acontece em contravenção às leis escritas, políticas e regulamentações do país em questão. Isto não inclui violações de leis internacionais ou leis costumarias, a menos que estas estejam refletidas na lei estatutária ou processo nacional. Na tentativa de quantificar a ilegalidade, este relatório considera o desmatamento e as commodities associadas como sendo associadas com a ilegalidade independentemente de estas referidas ilegalidades terem sido identificadas ou julgadas pelas autoridades governamentais relevantes, ou se já foram formalmente perdoadas. Esta definição inclui duas categorias gerais: ilegalidades no licenciamento e ilegalidades na retirada de florestas.

Madeira de conversão: Madeira gerada durante a conversão de áreas de floresta natural para áreas não florestais ou plantios, tais como a retirada de uma floresta para agricultura comercial.

Madeira de plantio: Madeira gerada a partir de plantações e/ou semeadura artificial, ao oposto daquela originada por florestas primárias/naturais. Para os propósitos deste relatório, este termo refere-se à madeira extraída para propósitos comerciais.

Madeira tropical: A menos que seja destacado especificamente, todas as referências à madeira tropical neste relatório se referem apenas à madeira de espécies madeireiras tropicais extraídas de florestas naturais. Espécies de madeira tropical cultivadas em plantações não estão incluídas.

Produtos madeireiros: Todos os produtos madeireiros sólidos, incluindo produtos processados como móveis; esta definição exclui papel e celulose. Também frequentemente mencionada como “produtos de madeira primária tropical”, ou originada de florestas naturais (não-plantadas) nos trópicos.

Reserva Legal: A exigência do Brasil para que proprietários de terra mantenham uma certa porcentagem de suas terras com cobertura florestal ou vegetação nativa, sendo historicamente 80% na Amazônia e 35% no Cerrado.

Silvicultura comunitária: Operações florestais, onde a comunidade local tem um papel importante no processo de tomada de decisão da gestão florestal e uso do solo. As comunidades podem, dependendo das legislações nacionais, ter uma série de direitos (geralmente gestão, uso, ou propriedade total) a terra no regime de silvicultura comunitária.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Histórico

As florestas tropicais continuam desaparecendo a uma taxa alarmante, apesar do crescente reconhecimento internacional de seu papel crucial na mitigação das mudanças do clima. Esta perda gera cerca de 50% mais gases do efeito estufa do que o setor global de transportes (IPCC 2014). Ainda, a taxa de perda florestal está se acelerando (Hanses et al. 2013). Neste relatório, examinaremos uma questão central: quem está gerando esta perda?

Estudos recentes sugerem que, pelo menos metade do desmatamento global na última década foi motivado pela agricultura comercial, para suprir a crescente demanda global emergente por alimento, combustível e fibras. Isto é provavelmente subestimado, considerando a crescente área florestal sendo convertida a commodities agrícolas – principalmente gado, soja e óleo de palma – bem como madeira tropical, celulose e papel e plantações madeireiras. O crescimento da agricultura comercial é citado como um importante vetor de desmatamento por praticamente todo país tropical em suas estratégias nacionais para reduzir emissões do desmatamento e degradação florestal (REDD+).

Muitas destas conversões estão acontecendo em contextos regulatórios de áreas florestais que são complexos, contraditórios e que tem baixa implementação. Este ambiente regulatório confuso torna o “desmatamento legal” difícil, tanto para grandes quanto pequenas empresas, enquanto aquelas que infringem a lei abertamente frequentemente o fazem sem serem punidas e podem, até mesmo, ser recompensadas após estas infrações com atos de anistia ou mudanças retroativas nas leis.

Este relatório apresenta a primeira avaliação da extensão do desmatamento ilegal e conversão florestal para a produção de agricultura comercial voltada à exportação. Este estudo é significativo por trazer novos dados ao diálogo global sobre desmatamento e comércio tropical e commodities que põem a floresta em risco, pois:

- introduz o conceito de “conversão florestal ilegal” e a ilegalidade subsequente das commodities associadas produzidas nestas áreas convertidas;
- utiliza os melhores dados disponíveis para quantificar as commodities ilegais transacionadas no mercado global, concluindo que uma porção significativa do comércio global de commodities relevantes tem origem em áreas de conversão florestal ilegal;
- descreve o que é “ilegal” e apresenta preocupações não refletidas nas atuais iniciativas internacionais voltadas a reduzir o desmatamento ou tornar sustentáveis as cadeias produtivas de commodities;
- afirma que, a menos que uma efetiva governança florestal (que inclua a legalidade como indicador chave de governança) seja estabelecida, esforços mais amplos feitos por governos, empresas e

doadores para lutar contra o desmatamento tropical e comércio associado continuarão enfrentando desafios enormes. As iniciativas atuais precisam compreender e capturar melhor os requerimentos legais ligados à conversão florestal e commodities resultantes, se quiserem ser efetivas na redução do desmatamento tropical.

Principais Descobertas

Ainda que existam estudos estimando que pelo menos metade do desmatamento global da última década foi para agricultura comercial, a proporção para o desmatamento tropical é maior. Este relatório descobriu que **aproximadamente três quartos (71%)¹ de todo o desmatamento tropical entre 2000 e 2012 foi causado pela agricultura comercial. Ainda, quase metade (49%) do desmatamento tropical total entre 2000 e 2010 foi devido à conversão ilegal para agricultura comercial. Aproximadamente um quarto (24%) foi resultado direto da agro-conversão ilegal para mercados de exportação.** Aproximadamente metade (49%) de todos os produtos de commodities agropecuárias produzidas em áreas desmatadas ilegalmente foram destinadas à mercados de exportação. Aproximadamente três quartos (70%) de toda a soja transacionada internacionalmente, um terço (32%) da carne e todo o óleo de palma são originados em países de florestas tropicais. A demanda dos consumidores em mercados internacionais resultou no corte ilegal de mais de 200.000 quilômetros quadrados de florestas tropicais durante os primeiros 12 anos do novo milênio: uma média de cinco campos de futebol a cada minuto. Ainda:

- **Em termos de mudanças do clima, as emissões causadas pela conversão ilegal de florestas tropicais para agricultura comercial de larga escala entre 2000 – 2012, foi uma média de 1,47 gigatoneladas de CO2 por ano – o equivalente a um quarto das emissões anuais de combustíveis fósseis da União Europeia**(Global Carbon Project, 2012). Destas, 0,72 gigatoneladas foram associadas à exportação de commodities. Se o comércio internacional de agro-commodities oriundas do desmatamento ilegal fosse um país, ele seria a sexta maior contribuição às mudanças climáticas no mundo.
- **Em termos de comércio, o valor das agro-commodities (carne, couro, soja, óleo de palma, madeira tropical, celulose e papel e produtos de plantações madeireiras) produzidas em terras convertidas ilegalmente em florestas tripicais é estimado em US\$ 61 bilhões por ano.** A União Europeia, China, Índia, Rússia e os Estados Unidos estão entre os maiores compradores destas commodities e sua demanda de consumo poderia também ser alavancada como uma força positiva, caso exista o mix adequado de política, comércio e incentivos de investimentos.
- **O Brasil e a Indonésia somam, juntos, 75% da área global estimada de florestas tropicais que foram ilegalmente convertidas para agricultura comercial entre 2000 e 2012.** No Brasil, onde a pecuária e soja foram os principais vetores, pelo menos 90% do desmatamento da Amazônia para agricultura é ilegal. Na Indonésia, pelo menos 80% do desmatamento para agricultura comercial e plantações madeireiras é ilegal. Enquanto o consumo doméstico cresce, à medida em que ambas economias se expandem, uma porcentagem considerável de commodities agrícolas é voltada aos mercados de exportação. O Brasil exporta a maior parte de seu couro e soja, e quase um quinto de sua carne. A Indonésia exporta cerca de 75% de seu óleo de palma e plantações madeireiras (em sua maioria, como celulose e papel).

¹ Os números citados neste Sumário Executivo são os resultados intermediários de análises de sensibilidade conduzidas com dados obtidos para este relatório, dados os diferentes níveis de incerteza dos dados disponíveis para as variáveis pesquisadas. Veja a seção 2.2.3 para uma descrição detalhada das análises de sensibilidade e o Capítulo 3 para os resultados completos, incluindo os intervalos produzidos a partir das análises de sensibilidade.

- **Diferenças regionais podem ser notadas, mas a corrupção difundida e em alto nível com a emissão de licenças para conversão de florestas para agricultura comercial é comum entre os países estudados.** Ilegalidades nas operações também são difundidas. Estas incluem falhas na manutenção de áreas designadas como reservas florestais, o uso ilegal de fogo para limpar áreas de florestas, o corte de florestas fora dos limites de concessões legais, falta de consulta baseada no princípio do Consentimento Prévio, Livre e Informado (CPLI), compensação injusta aos Povos Indígenas e outras comunidades locais nas áreas de concessão e desrespeito das regulações voltadas à minimizar os impactos negativos da conversão sobre as populações locais e o meio ambiente. No Sudeste Asiático muitas licenças, para milhões de hectares de florestas cortadas para conversão na Bacia do Mekong e na Papua Nova Guiné (PNG), foram emitidas de forma ilegal. Em PNG, um inquérito parlamentar descobriu que 90% das licenças para agro-conversão, emitidas nos anos recentes, foram obtidas a partir de meios corruptos ou fraudulentos. Na Malásia, julgamentos recentes sugerem que muitas licenças para óleo de palma têm sido emitidas ilegalmente, em contravenção aos direitos às terras dos indígenas. Preocupações similares têm sido levantadas sobre plantações de borracha no Camboja.
- **Mesmo nos países de floresta tropical onde a agricultura comercial voltada à exportação não tem sido um grande vetor do desmatamento, a situação está se alterando rapidamente e as mesmas ilegalidades observadas em outros locais estão sendo repetidas.** Por exemplo, inspeções do governo encontraram duas das três maiores e mais novas plantações de óleo de palma em desenvolvimento na Bacia do Congo, operando ilegalmente. Aliada às projeções de aumentos massivos nas demandas por commodities globais, esta análise sugere que a importância da agro-conversão comercial voltada à exportação provavelmente aumentará ainda mais em um futuro próximo. Enquanto países como Brasil e Indonésia vêm lutando contra a agro-conversão ilegal por muitos anos, o problema está se expandindo para novos países e regiões do mundo. Em muitos destes países falta uma capacidade robusta de governança ou os arcabouços legais e regulatórios necessários para garantir que a conversão seja feita de maneira legal, de forma a proteger as florestas remanescentes. Em quase todos estes novos casos, a maioria da produção de commodities é voltada a mercados de exportação.

Em resumo, a evidência apresentada neste relatório indica que o fenômeno do corte ilegal de florestas para agricultura comercial e exportações associadas continua a uma taxa alarmante, desde o início do século 21, pelo menos. Realmente, este problema é pior do que se pensava inicialmente – e provavelmente está ocorrendo em uma extensão maior do que o mostrado aqui em estimativas conservadoras. Enquanto as crescentes receitas globais e a demanda por produtos agrícolas irão continuar, estamos atualmente respondendo com um modelo falho de desenvolvimento. É cada vez mais claro que muito da conversão de áreas florestais para projetos agrícolas de larga escala viola algumas das leis e regulamentações mais básicas dos países produtores, o que resulta em altos custos sociais e ambientais.

Estas ilegalidades irão se tornar cada vez mais pronunciadas conforme os países produtores encorajem investimentos agrícolas como uma maneira de catalisar o crescimento. O desmatamento irá aumentar em regiões como a Bacia do Congo, onde anteriormente existia pouca agricultura comercial, a menos que possamos garantir que áreas florestais convertidas à produção sejam adquiridas de forma legal e sustentável. Olhando para a escala, tamanho e diversidade destas ilegalidades, bem como a baixa governança subjacente a eles, seria fácil desanimar de abordar estas questões e focar em outras ações para abordar o desmatamento. No entanto, isto seria um grande erro, pois é muito improvável que estas outras ações funcionem de forma isolada e também porque estas ilegalidades não são intransponíveis.

Recomendações

Ao setor privado

As empresas que produzem ou negociam commodities relevantes deveriam:

- obedecer todas as leis nacionais ao desenvolver novos projetos de agricultura comercial e plantações com fins madeireiros em países tropicais, bem como na compra de produtos;
- evitar envolver-se em tais projetos em países onde não seja possível garantir a legalidade;
- comprar e comercializar apenas commodities que sejam produzidas legalmente e sejam rastreáveis até sua origem;
- verificar se políticas relevantes, tais como compromissos de desmatamento zero, estão sendo adequadamente implementados, via monitoramento independente e publicação de informações relevantes;
- melhorar os esquemas atuais de certificação, para garantir que estes impeçam commodities oriundas de conversões ilegais;
- conduzir amplas avaliações de ilegalidades passadas em concessões existentes (ex., examinar os processos pelos quais as licenças foram emitidas e usar imagens de satélites arquivadas para examinar se os cortes se iniciaram antes do permitido);
- promover e apoiar ações de governos de países produtores para enfrentar o problema (veja recomendações para países produtores), incluindo a resolução de incertezas legais, regulamentações conflituosas e direitos da terra que sejam pouco claros;
- promover ações de governos nacionais consumidores para enfrentar o problema, incluindo regulações no lado da demanda; e
- adotar políticas que se estendam além de leis nacionais, tais como evitar totalmente o desmatamento incorporado e exigir o Consentimento Prévio, Livre e Informado (CPLI) de Povos Indígenas e outras comunidades locais (conforme estabelecido por padrões internacionais).

Bancos, investidores e prestadores de serviços financeiros deveriam:

- garantir que o financiamento seja fornecido apenas a empresas, remessas e projetos relevantes que possam demonstrar legalidade.

Órgãos certificadores e mesas redondas associadas deveriam:

- desenvolver, ou fortalecer, padrões e avaliações, monitoramentos e mecanismos de cumprimento que garantam que eles possam realmente assegurar que nenhum produto certificado está associado a nenhum dos tipos de ilegalidades descritas neste relatório;
- fortalecer o monitoramento e cumprimento de padrões, inclusive através de monitoramento independente, transparência de informações e procedimentos adequados para lidar com queixas de terceiros. Estes mecanismos devem ter a capacidade de conduzir uma avaliação clara do cumprimento das leis nacionais por seus membros; e

- fazer lobby para ação regulatória de governos nacionais consumidores para garantir que apenas produtos produzidos legalmente possam ser importados ou vendidos, criando assim um campo no qual as empresas possam competir a partir de temas maiores ligados à sustentabilidade.

Governos de países produtores deveriam

- garantir que o arcabouço legal e regulatório governando o licenciamento e implementação de desenvolvimentos relevantes em áreas florestais seja claro, consistente e não conflituoso;
- melhorar o cumprimento de leis e regulamentações relevantes através do aumento dos recursos necessários, melhorar a coordenação entre agências e compartilhamento de informações, aumentar as penalidades, fazer o melhor uso da tecnologia (tais como imagens de satélites), utilizar órgãos e leis anti-corrupção e anti-lavagem de dinheiro e implementar sistemas de monitoramento independente ordenados oficialmente;
- considerar comissionar uma revisão completa da legalidade de todas as licenças relevantes, a ser conduzida por um órgão independente;
- resolver ilegalidades antigas de maneira prática, porém, que garanta que os transgressores não tenham ganhos e que aqueles afetados sejam adequadamente compensados. Resolver quaisquer queixas relacionadas a direitos à terra que tenham surgido de conflitos ou inconsistências regulatórias, através de arcabouços legais claros;
- confrontar e publicar toda informação relevante (incluindo licenças e permissões, bem como mapas associados e mapas de planejamento e propriedade da terra) e tornar tais publicações uma exigência legal;
- solicitar assistência de países doadores e consumidores, apoiados por arranjos bilaterais tais como os VPAs da EU FLEGT (veja Box 10);
- considerar implementar moratórias estritas e executáveis sobre a conversão, até que arranjos regulatórios tenham sido esclarecidos, conflitos e ilegalidades passadas sobre a posse da terra tenham sido resolvidas e os sistemas de cumprimento tenham sido aprimorados;
- fazer um rascunho ou revisar as políticas nacionais de REDD+ para que reconheçam a importância da agro-conversão ilegal como um vetor de desmatamento e definam passos específicos para reduzir as ilegalidades; e
- garantir que os compromissos internacionais relacionados aos direitos de comunidades locais e Povos Indígenas estejam completamente incluídos nas leis nacionais e adequadamente implementados e executados.

Os governos dos países consumidores deveriam

Rever o foco em financiamentos REDD+ e assistência:

- fornecer assistência técnica e financeira para as ações necessárias a serem tomadas pelos países produtores para erradicar o corte ilegal de florestas e resolver questões marcantes da ilegalidade (veja recomendações para países produtores, acima), incluindo reformas nos regimes fundiários para proteger os direitos legais das comunidades florestais;

- garantir que toda assistência doada para as florestas tornem a legalidade e as melhorias na governança florestal uma prioridade e uma pré-condição para futuros apoios;
- advogar por políticas e programas de REDD+ em países produtores que abordem diretamente a questão da legalidade e governança florestal;
- advogar para que importantes instituições multilaterais, tais como o Banco Mundial e o PNUMA, possam abordar melhor este tema em seus trabalhos em países produtores;
- advogar por padrões de monitoramento, reporte e verificação (MRV) para REDD+ em fóruns políticos internacionais, tais como a UNFCCC, para supervisionar e evitar futuros desmatamentos ilegais de florestais naturais;
- exigir que fundos de pensão, fundos soberanos e outros instrumentos financeiros nacionalmente governados conduzam as devidas diligências e se recusem a fazer negócios com empresas que tenham alto risco associado ao desmatamento ilegal;
- fornecer apoio técnico e financeiro aos grupos da sociedade civil que estejam enfrentando estes temas; e
- apoiar mais pesquisas, para compreender melhor a natureza e extensão das ilegalidades relevantes.

Criar novas medidas no lado da demanda para evitar a agro-conversão ilegal:

- garantir que as medidas existentes, relacionadas à madeira, no lado da demanda (incluindo políticas de aquisição, regulações governando todas as importações e acordos bilaterais, tais como os VPAs) sejam revisadas, para garantir que incluam a conversão madeireira em sua máxima extensão possível;
- em países onde não existam tais medidas relacionadas à madeira no lado da demanda, aprová-las em regime de urgência; e
- garantir que estas medidas no lado da demanda sejam completamente implementadas e fortalecidas, com uma adequada proporção de atenção e recursos sendo despendidos aos casos relacionados à conversão e sanções suficientemente dissuasivas. Implementar políticas que exijam que todas as compras governamentais de commodities relevantes tenham comprovação de origem legal e sustentável e garantir que políticas de compras novas ou existentes incluam padrões restritos o suficiente para assegurar que os produtos associados às ilegalidades aqui citadas sejam excluídos;
- considerar aprovar legislações tornando crime a importação ou venda de commodities agrícolas produzidas em áreas desmatadas ilegalmente e/ou exigindo que os importadores façam as adequadas diligências, de forma a minimizar o risco de comprar tais produtos;
- estabelecer acordos comerciais bilaterais com importantes países ofertantes, seguindo o modelo do EU Voluntary Partnership Agreements; e
- garantir que as penalidades sejam suficientemente rígidas que o monitoramento e execução sejam suficientemente robustos para cumprir com estas regulamentações.



A Família de Iniciativas do Forest Trends

Ecosystem Marketplace

Uma plataforma global para informação transparente sobre pagamentos e mercados de serviços ecossistêmicos

Water Initiative

Protegendo serviços hidrográficos através de mercados e incentivos que complementem a gestão tradicional

Forest Trade & Finance

Trazendo sustentabilidade ao comércio e investimentos financeiros no mercado global para produtos florestais



Programa de Negócios e Compensações de Biodiversidade, testando e apoiando boas práticas em compensações de biodiversidade



Construindo capacidades para comunidades locais e governos engajarem-se nos emergentes mercados ambientais

Communities and Markets

Apoiando comunidades locais a tomarem decisões informadas sobre sua participação em mercados ambientais, fortalecendo seus direitos territoriais



Utilizando financiamentos inovadores para promover a conservação de serviços ecossistêmicos costeiros e marinhos

Public-Private Co-Finance Initiative

Criando financiamentos inovadores, integrados e eficientes para apoiar a transição ao uso do solo de baixas emissões e desmatamento zero

Saiba mais sobre nossos programas em www.forest-trends.org